SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE INFORMÁTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO

Ata da 75ª reunião extraordinária da Coordenadoria de Pós-graduação do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Computação do Instituto de Informática da Universidade Federal de Goiás.

1. Apreciação do edital do processo seletivo 2017/1 de alunos regulares

Às quatorze horas do dia vinte e um de setembro do ano de dois mil e dezesseis, na sala 257 do Instituto de Informática, reuniram-se os professores abaixo relacionados para a realização da 75ª sessão da Coordenadoria de Pós-Graduação do Instituto de Informática: Telma Woerle de Lima Soares, na qualidade de presidente da sessão, Ana Paula Laboissière Ambrósio, Anderson da Silva Soares, Antônio Carlos de Oliveira Júnior, Cássio Leonardo Rodrigues, Cedric Luiz de Carvalho, Diane Castonguay, Érika Morais Martins Coelho, Fábio Moreira Costa, Fábio Nogueira de Lucena, Fabrízzio Alphonsus Alves de M.N. Soares, Fernando Marques Federson, Gustavo Teodoro Laureano, Hebert Coelho da Silva, Humberto José Longo, João Carlos da Silva, Leonardo Andrade Ribeiro, Márcia Rodrigues Cappelle Santana, Nádia Félix Felipe da Silva, Renato de Freitas Bulcão Neto, Rogério Lopes Salvini, Rommel Melgaço Barbosa, Sérgio Teixeira de Carvalho, Thierson Couto Rosa e Vinícius da Cunha Martins Borges. Ausentaram-se os professores Auri Marcelo Rizzo Vincenzi, Jacques Duílio Brancher, Kleber Vieira Cardoso, Leizer de Lima Pinto, Ricardo Couto Antunes da Rocha e Sand Luz Correa. Justificaram a ausência os professores, Celso Gonçalves Camilo Júnior, Deller James Ferreira, Eduardo Simões de Albuquerque, Elisângela Silva Dias, Leandro Luís Galdino de Oliveira, Leslie Richard Foulds, Plínio de Sá Leitão Júnior, Ronaldo Martins da Costa e Wellington Santos Martins. Está em afastamento o professor Hugo Alexandre Dantas do Nascimento. Nenhum representante discente estava presente. Ao ser constatado o quórum regimental a senhora presidente declarou aberta a sessão. **Primeiro Assunto.** Apreciação do edital do processo seletivo 2017/1 de alunos regulares. A coordenadora do mestrado, profa. Telma, passou a palavra para o prof. Gustavo Laureano, atual presidente da Comissão de Seleção. O prof. Gustavo

destacou que as mudanças sugeridas para o processo seletivo 2017/1 foram apresentadas na última reunião da CPG, realizada no dia 14 de setembro de 2016, mas que em virtude da quantidade de mudanças para serem apreciadas, optou-se em discuti-las e votá-las com calma em reunião extraordinária. Em sequência, o presidente da Comissão de Seleção, fez uma breve apresentação acerca dos processos seletivos passados, relativos aos anos de 2014 a 2016, destacando os critérios de avaliação adotados, os principais problemas enfrentados e as mudanças a serem adotadas para minimizá-los. O prof. Gustavo destacou que em 2014/1 a seleção foi por orientador e os critérios de seleção adotados foram: etapa eliminatória - POSCOMP (média nacional subtraída do desvio padrão), prova de suficiência em língua estrangeira e prova oral (entrevista); etapa classificatória - avaliação do currículo lattes. Nesta seleção, 37 alunos foram aprovados e destes seis ficaram sem orientação e tiveram que buscar um orientador no Programa diferente dos escolhidos por eles na primeira e segunda opção. O prof. Gustavo destacou que no segundo semestre de 2014 não houve processo seletivo e que em 2015/1 a seleção ainda foi por orientador, porém estes estavam organizados em linhas de pesquisa e os candidatos escolhiam a preferência de orientação. O presidente da Comissão de Seleção ressaltou que a seleção de 2015/1 apresentou muitos problemas, em virtude do grande número de vagas ofertadas, a saber 67 vagas, e dos critérios exigidos na seleção, o que levou a uma grande insatisfação por parte dos docentes. O POSCOMP era o único critério eliminatório da seleção, a entrevista deixou de ser realizada em virtude de aconselhamento jurídico, e o candidato passou a ter duas oportunidades para comprovar a suficiência em língua estrangeira. O prof. Fábio pontuou que além dos problemas citados, a média do POSCOMP foi muito baixa, o que possibilitou que um grande número de candidatos ingressasse no programa, já que este era o único critério eliminatório da seleção. Ainda em relação aos processos seletivos anteriores, o prof. Gustavo relembrou que na seleção 2016/1 os candidatos escolheram as linhas de pesquisa de primeira e segunda opção para as quais desejavam concorrer às vagas. Nesta seleção alguns alunos ficaram sem orientação nas linhas de pesquisa pretendidas e foi preciso que mais vagas fossem ofertadas para atender a demanda. O presidente da Comissão de Seleção ressaltou que nas seleções de 2016/1 e 2016/2 o POSCOMP era normalizado em relação à média nacional obtida nos três últimos anos (2013, 2014 e 2015), o que gerava uma discrepância na comparação entre os alunos, uma vez que o exame apresentava médias nacionais muito diferentes para cada ano. Dando sequência, o prof. Gustavo elencou as sugestões de mudança propostas pela Comissão de Seleção para minimizar os problemas apresentados. A primeira sugestão foi que no próximo processo seletivo o candidato informe apenas uma opção de linha de pesquisa no formulário de inscrição. A

segunda proposta refere-se ao número de fases que comporão a seleção, a saber, primeira fase - nota na prova do POSCOMP (eliminatória), segunda fase - prova de inglês (eliminatória e nota mínima igual a 6,0), terceira fase (opcional) - prova elaborada e corrigida pela linha de pesquisa ou alguma outra forma de seleção definida pela linha (nota mínima igual a 6,0) e quarta fase - análise de currículo (classificatória). A Comissão de Seleção também propôs que as notas de todas as etapas avaliativas fossem normalizadas em uma escala de 0 (zero) a 10 (dez). Dessa forma, a nota de corte do POSCOMP deixa de ser a média nacional dos três últimos anos e passa a ser considerada a média nacional do POSCOMP do ano que o aluno deseja utilizar, sendo que os alunos que alcançarem a média nacional obterão nota 6,0 (seis) e o restante da escala (6,0 a 10) seguirá uma escala linear da média nacional do POSCOMP até a nota máxima do exame (70 pontos). Ainda em relação às notas atribuídas nas etapas avaliativas, a nota do currículo também será normalizada levando em consideração a maior nota obtida nessa fase da seleção. Além disso, algumas alterações na tabela de pontuação do currículo foram feitas pela Comissão, com o objetivo de fazer uma maior distinção entre as atividades de pesquisa desenvolvidas pelo candidato, levando em consideração o nível de dificuldade, comprometimento e dedicação do aluno na realização das mesmas. A primeira alteração diz respeito à produção científica, as publicações e conferências de índice restrito eram contabilizadas de maneira próxima às publicações e conferências de índice geral, dessa forma foi feito um acréscimo na pontuação do índice restrito para melhor avaliar os candidatos. Em relação à monitoria, contabilizava-se apenas dois semestres, com a alteração serão contabilizados até quatro semestres e cada um valerá um ponto. A atividade de iniciação científica contabilizará quatro pontos por ano e a participação em projetos de pesquisa dois pontos por ano. A profa. Telma reforçou que as atividades de produção científica apresentadas foram as mesmas definidas no edital passado, apenas foi feito uma adequação na pontuação de algumas atividades. Quanto à prova específica elaborada pelas linhas de pesquisa, o prof. Gustavo destacou que esta não deverá contemplar tópicos relacionados ao mestrado, uma vez que os candidatos ainda não possuem condições de responder questões relacionadas ao seu tema de pesquisa, mas sim abordar as habilidades mínimas necessárias para o bom desempenho do aluno no curso. A estrutura da prova específica seria definida pelas linhas de pesquisa e descrita em um anexo do edital de seleção, contento as seguintes informações: formato da prova, forma de avaliação e os tópicos que serão abordados. O prof. Gustavo destacou ainda que a seleção e classificação do candidato será realizada pela linha em que ele se inscreveu, ou seja, cada candidato irá concorrer apenas com os inscritos para determinada linha de pesquisa. Dada a oportunidade para discussão, o prof. Fabrízzio sugeriu que cada uma das

propostas apresentadas fosse apreciada individualmente, a fim de evitar possíveis conflitos entre os pontos discutidos. A presidente da sessão, profa. Telma, indicou que o primeiro ponto a ser discutido é se serão ofertadas vagas por linha de pesquisa e destacou que uma vez definido o número de vagas para cada linha, mesmo que na seleção um número maior de candidatos seja aprovado na fase eliminatória, apenas os candidatos que ficarem melhor classificados e dentro do número de vagas da linha de pesquisa serão aprovados, os demais ficarão em uma lista de espera, não havendo a possibilidade de transferência entre linhas. A profa. Telma destacou que considera essa uma mudança positiva, uma vez que eliminaria o problema de alunos que entram no programa e ficam sem linha de pesquisa. Quanto ao sistema de cotas, a presidente da sessão explicou que as cotas passam a ser para cada linha e será proporcional ao número de vagas ofertadas, sendo que cada linha deverá ofertar no mínimo três vagas e destas uma deverá ser para cotista (20% do número de vagas ofertadas). A profa. Telma também sugeriu que a linha Sistemas de Computação alterasse o seu nome no edital para um mais nome mais sugestivo, a fim de se evitar possíveis confusões por parte dos candidatos e relembrou que no edital passado a linha Engenharia de Software, Banco de Dados e Informática e Educação foi desmembrada em três linhas, podendo as linhas optarem em permanecer como na seleção passada ou unificar novamente. A coordenadora do mestrado destacou que a Comissão de Seleção cogitou fazer a seleção por orientador, como acontece no Doutorado, entretanto em virtude do sistema de cotas essa opção fica inviável, haja vista que além das vagas ofertadas pelos os professores, o Programa teria que criar um banco de cotas e abarcar todos os cotistas. O prof. Fabrízzio completou dizendo que na seleção por orientador, caso todos os cotistas se inscrevam para um mesmo orientador este deverá assumir todas as orientações, mesmo que tenha ofertado apenas uma vaga na seleção. Ainda em relação às vagas que deverão ser ofertadas pelas linhas de pesquisa, o prof. João Carlos pediu a palavra para relembrar um assunto já discutido em reunião anterior da CPG, sobre o pedido de mudança de orientador entre linhas de pesquisa distintas, pois acredita que esse tipo de situação pode ter implicação no processo seletivo. Para o prof. João Carlos essa alteração prejudica o processo seletivo, pois o candidato aprovado inicialmente ocupa uma vaga de uma das linhas de pesquisa, tirando a oportunidade de outro interessado, e depois migra para outra linha deixando a anterior com uma vaga ociosa no semestre. A profa. Telma explicou que a troca de orientador não se dá durante o processo seletivo e que de acordo com o Regulamento Geral da UFG todo aluno tem direito de pleitear a troca de orientador na CPG a qualquer tempo após o ingresso no Programa, cabe à CPG deferir ou não o pedido. O prof. Fábio afirmou que a experiência da seleção por linha

de pesquisa é interessante e que uma vez que a seleção será feita pelo Programa e que parte dela será delegada para as linhas de pesquisa é importante que os aspectos formais sejam idênticos para todas as linhas, e sugeriu que a prova específica fosse obrigatória para todas as linhas de pesquisa e não opcional como proposto pela Comissão de Seleção e que o formato das provas fosse idêntico para todas as linhas, evitando assim um desequilíbrio no processo seletivo, uma vez que se cada uma das linhas optarem em fazer ou não a prova específica a seleção não será uniforme, abrindo várias portas de larguras diferentes para a entrada em um mesmo Programa que confere o mesmo certificado no final. A profa. Telma destacou que o Dr. Everaldo e a PRPG foram questionados sobre esse aspecto, e o que foi colocado é que o Programa deve obedecer ao número mínimo de etapas exigido no regulamento e que o ideal seria que todas as linhas ofertassem a prova, mas que é possível as linhas decidirem. Em votação, a proposta de seleção por linha de pesquisa foi aprovada por 16 votos a favor, 1 voto contrário e 7 abstenções. A proposta de exclusão da segunda opção de linha de pesquisa na seleção foi aprovada por 16 votos a favor, 1 voto contrário e 7 abstenções. A proposta de normalização da nota do POSCOMP em uma escala de 0 a 10, foi aprovada por todos os presentes. Quanto à prova específica por linha de pesquisa, o prof. Rogério, membro da Comissão de Seleção, destacou que uma vez decidido em não fazer a prova, não se pode reclamar do nível dos alunos que entram no Programa, pois a prova seria mais uma ferramenta de seleção. O prof. Fabrízzio completou dizendo que uma prova específica permite que a linha avalie a habilidade que o candidato precisa ter para desempenhar um bom trabalho, habilidade esta que não é contemplada pelo POSCOMP. A profa. Telma comentou que um levantamento do POSCOMP dos anos de 2011 a 2013 apresentado pelo prof. Jacques, demonstrou que alguns conceitos estão sendo muito mal avaliados e que haverá uma mudança dos itens cobrados no exame para o próximo ano. O prof. Humberto manifestou-se contrário à prova específica, alegando que irá se criar mais uma prova que vai fazer o mesmo papel do POSCOMP. O prof. Gustavo relembrou aos presentes que a proposta da Comissão de Seleção é que a prova específica seja opcional para cada linha de pesquisa e que esta foi a opção que a Comissão acreditou ser a mais viável para resolver alguns problemas relatados pelos professores em reuniões anteriores do colegiado. Após intensa discussão sem convergir para um consenso, a Comissão de Seleção decidiu retirar a proposta da prova específica por linha de pesquisa da seleção, ficando o processo seletivo com três etapas, a saber, POSCOMP, exame de suficiência em língua estrangeira e currículo. O prof. Anderson, integrante da Comissão de Seleção, disse que fazer a seleção por linha de pesquisa já será um avanço significativo para o Programa e que na medida que outras necessidades surgirem no decorrer dos processos seletivos

novas propostas e discussões poderão ser feitas com um maior nível de maturidade. Encerrados os assuntos da pauta, a senhora presidente agradeceu aos presentes e encerrou a sessão da qual eu, Mariana Alves Rodrigues Santana, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, segue assinada pela senhora presidente e pelos conselheiros presentes à sua discussão e votação.